

Tradução

Carta de Descartes à Rainha Cristina da Suécia sobre o Soberano bem (20 de novembro de 1647)

Rafael Teruel Coelho

Doutorando em Filosofia pela USP

Bolsista FAPESP¹

teruel@usp.br

<https://orcid.org/0000-0003-2573-1902>

Tradução de DESCARTES, R. *Lettre CDXCV: Descartes à Christine de Suède*. In: _____. *Œuvres de Descartes: Correspondance*. 5 vol. Publiées par Charles Adam et Paul Tannery. Paris: Librairie Philosophique J. Vrin, 1996, p. 81-86.

As linhas que se seguem consistem uma tradução de um dos mais importantes textos de Descartes no qual o filósofo discutiu temas relacionados à sua moral. Informado por Pierre Chanut, embaixador francês na Suécia, a respeito do desejo da rainha Cristina em saber de Descartes a concepção que os antigos cultivavam acerca do soberano bem, o filósofo não desconsidera o pedido, embora conduza a discussão de modo a apresentar à monarca sua própria visão acerca de tal temática. Mencionando brevemente o acalorado debate entre as perspectivas estoicas e epicuristas (cujos principais expoentes — Zenão e Epicuro — não estavam de acordo sobre em que consistia o soberano bem desta vida), Descartes parece relegar a um segundo plano as concepções morais emanadas da antiguidade. Ao fazer isso, ele prefere não ser um mero historiador da Filosofia, mas exercer plenamente o ofício de filósofo, construindo e apresentando à rainha sueca as suas próprias noções de virtude e de soberano bem.

Entretanto, mesmo abandonando aparentemente os estoicos e os epicuristas, Descartes julgou ter estabelecido um acordo entre ambas as tradições antigas a partir da própria elaboração daquilo que ele acreditava ser o soberano bem. Ao fazer isso, o filósofo reduziu o soberano bem à virtude, isto é, a ter “[...] sempre uma firme e constante resolução de fazer exatamente todas as coisas que julgamos serem as melhores, e empregar todas as forças de nosso espírito a conhecê-las bem” (DESCARTES, 1996, p. 83). Nessa perspectiva, pode-se dizer que a prática de atos virtuosos, isto é, aqueles que estão fortemente ancorados em uma ação voluntária, firme e deliberada de agir sempre da melhor maneira possível (o que se torna algo efetivo se nos valermos de nosso intelecto para bem julgarmos a melhor conduta a adotar) é o maior bem de todos nesta vida — aquilo que Descartes chama de soberano bem.

¹ Este trabalho conta com o apoio financeiro da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), processo número 2021/14838-2.

Justamente por isso, uma vez que a ação virtuosa é essencialmente uma ação da vontade e, haja vista que poder dispor de nosso livre-arbítrio é o maior de todos os bens, age virtuosamente aquele que segue sempre os seus melhores juízos e o faz com constância e firmeza. Ao agir desse modo, resta-lhe gozar do mais doce, do mais sólido e do mais duradouro prazer que nos advém da certeza de termos feito tudo da melhor maneira possível, mesmo que ao final podemos ter nos equivocado. É por isso que a moral cartesiana, cujo conceito principal é aquele de “virtude”, não é uma moral deontológica, mas uma “ética da virtude”², pois, em vez de estabelecer leis e preceitos a serem seguidos, ela assenta-se na liberdade de que dispomos de seguirmos sempre aquilo que, à luz de nossas ideias claras e distintas, julgamos ser o melhor. Desse modo, mesmo que nos equivoquemos em nossa conduta ordinária, podemos mesmo assim gozar do mais nobre contentamento e da paz de espírito; pois, não obstante nossos eventuais fracassos, procuramos agir sempre da melhor maneira possível, ancorados em nossas ideias claras e distintas, ou seja, apoiados na razão.

René Descartes

[81]³ Senhora,

Soube por intermédio do Senhor Chanut que vossa Majestade gostaria que eu tivesse a honra de vos expor a opinião que tenho a respeito do Soberano Bem, considerado no [82] sentido em que os Filósofos antigos dele trataram; considero essa ordem como um tão grande favor, que o desejo que tenho de obedecê-la me desvia de qualquer outro pensamento e faz com que, sem pedir perdão por minha insuficiência, coloque aqui em poucas palavras tudo o que poderia saber sobre essa matéria.

Podemos considerar a bondade de cada coisa em si mesma sem relacioná-la com outras; nesse sentido é evidente que Deus é o soberano bem, porque ele é incomparavelmente mais perfeito do que as criaturas; mas podemos também relacionar a bondade de cada coisa a nós mesmos, e nesse sentido não vejo nada que deveríamos estimar senão aquilo que nos pertence de alguma maneira e que é tal que constitui para nós uma perfeição possui-lo. Desse modo, os Filósofos antigos, não sendo esclarecidos pela luz da Fé, não sabiam nada acerca da beatitude sobrenatural e consideravam apenas os bens que podemos possuir nesta vida, de modo que era entre estes que eles buscavam o soberano, isto é, o principal e o maior.

Mas, para que eu possa determiná-lo, considero que devemos estimar como bens, em relação a nós, apenas aqueles que possuímos, ou então aqueles que temos o poder de adquirir. Isso posto, parece-me que o soberano bem de todos os homens em conjunto é um aglomerado ou um conjunto de todos os bens, tanto da alma quanto do corpo e da fortuna, que podem estar em alguns homens; mas, o de cada um em particular é uma outra coisa que consiste apenas em uma firme vontade de agir

² A esse respeito, ver Lisa Shapiro (2008).

³ Paginação referente ao tomo V das *Œuvres Complètes de Descartes* compiladas por Charles Adam e Paul Tannery.

bem [*bien faire*] e no contentamento que isso produz. A razão disso é que eu não [83] encontro nenhum outro bem que me pareça tão grande, nem que esteja inteiramente sob o poder de cada qual. Pois, no que concerne aos bens do corpo e da fortuna, eles não dependem absolutamente de nós; e os da alma se relacionam todos a duas coisas principais que são, de um lado, o conhecimento e, de outro, desejar o que é bom; mas, frequentemente, o conhecimento está para além de nossas forças; e é por isso que nos resta apenas a nossa vontade, da qual podemos dispor absolutamente. E não vejo como seria possível dispor melhor de nossa vontade senão tendo sempre uma firme e constante resolução de fazer exatamente todas as coisas que julgamos serem as melhores, e empregar todas as forças de nosso espírito a conhecê-las bem. É somente nisso que consiste todas as virtudes; é apenas isso que, falando propriamente, merece o louvor e a glória; enfim, é tão somente disso que resulta sempre o maior e o mais sólido contentamento da vida. Assim, estimo que é nisso que consiste o soberano bem.

E por esse meio penso estabelecer o acordo entre as duas opiniões [sobre o soberano bem] mais contrárias e mais célebres dos antigos, a saber, a de Zenão, que o colocou na virtude ou na honra, e a de Epicuro, que o repousou sobre o contentamento, ao qual ele deu o nome de volúpia. Pois, como todos os vícios procedem apenas da incerteza e da fraqueza que se seguem à ignorância e que geram os arrependimentos, a virtude consiste apenas na resolução e no vigor com os quais nos dispomos a fazer as coisas que acreditamos serem boas, desde que esse vigor não provenha da obstinação, mas do fato de sabermos tê-las examinado a contento, que temos [por isso] poder moral [84] para agir. E, ainda que aquilo que fizermos possa ser algo ruim, estamos assegurados que cumprimos nosso dever; ao passo que, se empreendemos alguma ação virtuosa, e, no entanto, pensamos que estamos fazendo algo errado ou até mesmo negligenciamos saber o que há de errado [em nossas ações], não agimos como um homem virtuoso. Quanto à honra e ao louvor, atribuímos-nas aos outros bens da fortuna. Mas, como estou certo de que vossa Majestade faz mais caso de vossa virtude que de vossa coroa, não temo dizer aqui que não me parece haver algo exceto essa virtude que tenhamos uma justa razão para louvar. Assim, todos os outros bens merecem serem estimados, e não honrados ou louvados, apenas na medida em que pressupomos que são adquiridos ou obtidos de Deus para o bom uso de nosso livre-arbítrio. Pois a honra e o louvor são uma espécie de recompensa, e temos motivo para recompensar e punir apenas aquilo que depende da vontade.

Resta-me ainda provar que é desse bom uso do livre-arbítrio que nos advém o maior e o mais sólido contentamento da vida; e isso não me parece ser difícil pelo fato de que, considerando com cuidado em que consiste a volúpia ou o prazer, e, geralmente, todas as espécies de contentamentos que podemos ter, noto, em primeiro lugar, que não há nenhum que não esteja inteiramente na alma, embora vários dependam do corpo; da mesma maneira que também é a alma que vê, ainda que por intermédio dos olhos. Em seguida, noto que não há nada que possa dar contentamento à alma a não ser a opinião [85] que ela tem de possuir algum bem, e que frequentemente essa opinião está nela apenas de uma maneira muito confusa, e que sua união com o corpo é a causa de ela representar ordinariamente certos bens como sendo incomparavelmente maiores do que eles são; mas noto que se ela conhecer distintamente o justo valor deles, seu contentamento será sempre proporcional à grandeza do bem do qual procede. Noto

também que a grandeza de um bem não deve apenas ser medida pelo valor da coisa na qual repousa, mas principalmente pela maneira pela qual ele se relaciona a nós; [observo também] que o livre-arbítrio é em si mesmo a coisa mais nobre que possa existir em nós, visto que ele nos torna de algum modo semelhantes a Deus e parece nos isentar de lhe estarmos sujeitos; conseqüentemente, o seu bom uso é o maior de todos os nossos bens, e ele é também aquilo que é mais propriamente nosso e que nos é o mais importante, donde se segue que nossos maiores contentamentos podem proceder somente dele. Vê-se também, por exemplo, que o repouso do espírito e a satisfação interior que sentem aqueles que sabem que jamais deixaram de agir da melhor maneira, tanto para conhecer o bem quanto para o adquirir, é um prazer incomparavelmente mais doce, mais duradouro e mais sólido do que todos aqueles que lhes advém de alhures.

Estou omitindo aqui muitas outras coisas pelo fato de que, pensando no número de afazeres que a conduta de um grande Reino pressupõe, dos quais vossa Majestade mesma se ocupa, não ousa vos pedir uma audiência mais longa. [86] Contudo, envio ao Sr. Chanut alguns escritos nos quais expus mais demoradamente as minhas opiniões no tocante a esse mesmo assunto a fim de que, se for do agrado de vossa Majestade vê-los, ele me fará o obséquio de apresentá-los a vós, de modo que isso me ajude a testemunhar com muito zelo e devoção que eu sou,

Senhora,

De Vossa Majestade

O mais humilde e o mais obediente
servidor, DESCARTES.

D'Egmond, em 20 de novembro de 1647.

Referências bibliográficas

DESCARTES, R. *Lettre CDXCV: Descartes à Christine de Suède*. In: _____. *Œuvres de Descartes: Correspondance*. 5 vol. Publiées par Charles Adam et Paul Tannery. Paris: Librairie Philosophique J. Vrin, 1996, p. 81-86.

SHAPIRO, L. *Descartes's ethics*. In: BROUGHTON, J.; CARRIERO, J. (Eds.). *A companion to Descartes*. Oxford: Blackwell Publishing Ltd, 2008.

Recebido em: 14 dez. 2022 — **Aceito em:** 26 set. 2023.